



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

MGSTJ - ATA DE REUNIÃO

Reunião de Análise Estratégica/RAE - 3º Quadrimestre 2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data	21/02/2022
Horário	14h30 às 16h30
Local	Ferramenta Zoom
Convocada por	Gabinete do Diretor-Geral
Participantes	<ul style="list-style-type: none">• Alessandra Lopes de Pinho Pontes Vianna (AJU)• Alessandro Garcia Vieira (AED)• Amanda Oliveira Alves (AEP)• Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria (CPES)• Ângela Valéria Mendonça Alvim Dusi (AJC)• Antônio Augusto Gentil Santos de Souza (SJD)• Bárbara Brito de Almeida (SJR)• Cristine Marques Genú (SCO)• Fabiana Bittes Veyl (SOF)• Efinéias Stroppa dos Santos (CDAD)• Leonardo Barros Verissimo (CPES)• Jadson Santana de Sousa (GSP)• Josiane Cury Nasser Loureiro (SED)• Kelly Cristina Oliveira Costa (GSP)• Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini (AGS)• Kelson Ferreira Rocha (SAD)• Marcos Antonio Cavalcante (GDG)• Maria Fernanda Nogueira Bittencourt (GDG)• Maria Lúcia Paternostro Rodrigues (NUGEPNAC)• Mariana Carmargo Rocha (GDG)• Mariana Rodrigues Campos Altoé (NARER)• Mariane Franca da Silva (AUD)• Montgomery Wellington Muniz (SGE)• Jair Pereira da Silva (SSE)• Rodrigo Almeida de Carvalho (STI)• Rogério Cysne Araújo (CPES)• Rubens Cesar Gonçalves Rios (SPF)• Sartre Gonçalves Santos (SIS)• Simone Pinheiro Machado de Souza (ACI)• Solange da Costa Rossi (SGP)• Tatiana Aparecida Estanislau de Souza (OUV)

2. OBJETIVOS

Apresentar os resultados obtidos em 2021 com a operacionalização do Plano Estratégico STJ 2021-2026 e deliberar sobre as alterações necessárias.

3. PENDÊNCIAS DE REUNIÃO ANTERIOR

RAE realizada em 5/10/2021:

Ação	Responsável	Prazo	Situação
Adotar novo modelo de monitoramento das iniciativas estratégicas com orçamento específico.	SGE/GDG	2022	A proposta de exclusão do indicador "execução do orçamento estratégico" do Plano STJ 21-26 foi acatada pelos participantes da RAE.

A reunião teve início com

A reunião teve início com a apresentação do histórico do indicador "Execução do orçamento estratégico" desde 2009. O Sr. Montgomery (SGE) explicou que a variação nos resultados foi devido às dificuldades com as datas do ciclo do orçamento, que normalmente é planejado em um

exercício para ser executado em outro. Isso acaba por acarretar mudanças no contexto e nas necessidades do Tribunal, bem como impactos negativos para o objetivo estratégico “Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira”. Além disso, algumas aquisições são muito complexas e, portanto, mais demoradas. Por outro lado, o monitoramento de tal indicador por todo esse tempo foi benéfico, pois permitiu identificar que havia um problema no alinhamento entre planejamento e execução do orçamento referente às iniciativas estratégicas, que precisava ser tratado. Comentou ainda que, em uma breve pesquisa junto a outros órgãos do Judiciário, nenhum deles apresentou medição semelhante, nem o próprio CNJ, apesar deste ter sugerido a adoção de indicador sobre o tema na estratégia do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026. Enfim, a proposta de exclusão do indicador “Execução do orçamento estratégico” do Plano STJ 2021-2026 foi apresentada e acatada pelos participantes da reunião, já que todas as aquisições são também monitoradas por meio do atual indicador estratégico “Execução do PCAq”.

A Sra. Ketlin (AGS), sugeriu a adoção de um indicador com escopo mais abrangente do que o PCAq, voltado à governança das aquisições, o que ficou de ser discutido posteriormente. Nesse momento, a Sra. Ana Cláudia (CPES) acrescentou, no chat da reunião, que a SGE está trabalhando em uma matriz de sinergia entre os diversos planos, sejam eles estratégicos, táticos ou setoriais, o que será apresentado em breve e contribuirá não só para governança das aquisições, mas para a governança institucional como um todo.

4. ITENS EM PAUTA

4.1. Movimentação processual em 2021

Em seguida, houve uma explicação geral sobre os temas que seriam tratados na reunião, com foco nos resultados alcançados após o 3º quadrimestre de 2021. Foram apresentados os dados sobre a movimentação processual ao final do ano. Montgomery informou que o número de processos recebidos aumentou 19% em relação a 2020. O número de processos registrados e distribuídos foi maior do que o de recebidos, tendo em vista as fases de tramitação dos processos, mas essa diferença é pouco significativa. Em relação aos julgados, verificou-se aumento de 11% em relação a 2020. O aumento no estoque, por sua vez, se explica pois o número de recebidos superou o de baixados pela primeira vez desde 2015, de acordo com a série histórica do Tribunal (relatório estatístico), portanto, não fugiu ao controle do STJ.

Montgomery falou ainda sobre o painel de BI com o resumo das atividades jurisdicionais e mostrou diversas informações constantes da página da gestão estratégica na intranet, disponíveis neste [link](#).

4.2. Inovações do Plano STJ 2021-2026

Sobre as inovações, Montgomery comentou que o **novo Sistema de Gestão Estratégica, Stratej 2.0**, é mais amigável e tem sido importante para o monitoramento da estratégia institucional. Disse ainda que os usuários já estão se familiarizando com a ferramenta e que é provável que as próximas RAEs sejam conduzidas diretamente no sistema.

O **novo formato de Relatório de Desempenho Institucional – RDI**, mais dinâmico e moderno é outro benefício do novo sistema. Foi mostrado o caminho do arquivo na intranet: Mais Links/Gestão Estratégica/Planejamento Estratégico/Relatórios de Desempenho Institucionais e citado que o mesmo também está disponível no Portal da Transparência, na [internet](#).

A mensuração do **impacto matemático dos projetos nos objetivos estratégicos, por meio de indicadores de desempenho**, foi outra novidade desse ciclo estratégico, segundo explicou Montgomery. A fórmula para a medição desses novos indicadores foi inserida no chat da reunião para conhecimento de todos, conforme se segue: $(\text{total de iniciativas dentro do previsto} + \text{iniciativas concluídas}) / (\text{total de iniciativas} - \text{total iniciativas canceladas} - \text{total de iniciativas suspensas}) * 100$. Montgomery acrescentou que a Secretaria de Gestão Estratégica – SGE tem envidado esforços para o monitoramento contínuo dessas iniciativas estratégicas, especialmente aquelas em situação crítica, visando auxiliar os gestores a minimizar atrasos e outras dificuldades.

4.3. Situação geral do Plano STJ 2021-2026

Na sequência, foi apresentada a situação do “**Mapa Estratégico**” em dezembro/2021, que atingiu o resultado geral de 88,62%, e ficou em estado de atenção, amarelo. A perspectiva da “**Sociedade**” obteve 95,76% de cumprimento e ficou em situação ótima, verde. Já os “**Processos Internos**” de trabalho apontaram desempenho de 92,16%, e estão em atenção. A perspectiva que merece maior atenção, segundo Montgomery é a de “**Pessoas e recursos**”, que com 77,95% está em situação crítica, vermelho. Os detalhes serão tratados nessa reunião, completou.

4.4. Indicadores não mensurados no período (3 de um total de 39 indicadores)

Foi explicado que 3 dos 39 indicadores estratégicos de desempenho do Tribunal não foram mensurados no período:

- **Imagem do STJ (OUV)** - apesar da pesquisa ter sido realizada no final de 2021, o relatório está em fase de finalização, em parceria com a FGV, e a previsão de entrega é em março/22.
- **Servidores em teletrabalho (SGP)** –até o encerramento do RDI, o relatório de dez/21 não havia sido finalizado, pois faltavam informações de 4 unidades.
- **Saúde preventiva (SIS)** – monitora os beneficiados pelas ações Consultório Aberto, Odontologia em Casa, Rodas de Conversa, EPS e campanhas de saúde e, até o encerramento do RDI, não havia informações sobre os resultados de 2021. Comentou-se ainda sobre o retorno do exame periódico de saúde.

Montgomery reforçou junto aos presentes a importância do envio das informações no prazo, para maior efetividade da análise dos dados estratégicos.

4.5. Objetivo: Fortalecer a imagem e a transparência institucional

Montgomery citou que o resultado geral do objetivo foi de 99,86%, situação ótima – verde, porque tanto os indicadores quanto os projetos vinculados também terminaram o ano em situação ótima.

Ressaltou, entretanto, que o indicador **Satisfação com os serviços do STJ** havia sido amplamente comentado nas reuniões setoriais (RATs) prévias à RAE pela baixa participação após a disponibilização do novo formulário padronizado, o que ocorreu em novembro do ano passado. O baixo número de respondentes pode até mesmo distorcer o resultado da pesquisa. Montgomery explicou que houve atraso na disponibilização dos banners com o link para a pesquisa em cada um dos serviços do Portal do STJ na internet, fato que impactou o resultado do indicador, mas que já estava sendo tratado pelas unidades responsáveis. Além disso, citou a necessidade de uma maior divulgação da pesquisa, sugerindo o destaque mensal de um dos serviços a serem avaliados, no carrossel dinâmico do Portal.

A Sra. Tatiana (OUV) informou que a primeira solicitação da Ouvidoria para a atualização dos banners foi feita em outubro de 2021 e tem sido objeto de reiterações constantes. Confirmou, ainda, que as tratativas estavam em andamento para resolver o problema o quanto antes, pois serviços da SJD e SJR, por exemplo, que sempre tiveram ampla participação foram os mais impactados. Reforçou a ideia de se fazer um calendário temático para rotatividade da publicidade dos serviços no Portal, com apoio de uma campanha de comunicação. Citou a necessidade de priorização desse serviço para maior efetividade da pesquisa. A Sra. Cristine (SCO) explicou que a nova opção de banner foi repassada para a Ouvidoria na última sexta-feira e que aguardavam a aprovação e a disponibilização no site, com apoio da STI. O Sr. Marcos (DG) perguntou se a pesquisa era destinada ao público externo e foi explicado que sim, que esse é o público prioritário. Afirmou ainda que a sugestão da Ouvidoria sobre a campanha de publicidade é uma ideia interessante desde que seja voltada para o público externo, para que se evite avaliações negativas relacionadas a fatos isolados. Tatiana explicou em mais detalhes o histórico e a forma de disponibilização da pesquisa, citando que serviços internos como os da SIS, por exemplo, não fazem parte dessa pesquisa. Cristine comentou sobre a necessidade de um estudo pela equipe da SCO sobre essa divulgação para não fugir inclusive às orientações do CNJ a respeito das informações disponíveis nos portais dos tribunais. A Dra. Kelly (GSP) perguntou sobre a periodicidade da pesquisa para estudo de tempos e movimentos adequados para uma decisão tempestiva. Foi esclarecido que a pesquisa fica disponível de forma permanente no site do STJ e que os formulários padronizados novos foram disponibilizados em novembro de 2021, porém houve atraso na atualização dos banners nas páginas específicas dos serviços, em razão das dificuldades relacionadas pelas unidades responsáveis, o que pode ter gerado a baixa participação nesses dois últimos meses do ano. O [link](#) da página geral da pesquisa foi acrescentado ao chat da reunião nesse momento. A Dra. Kelly sugeriu agilidade e priorização nessa questão para que a pesquisa não fique prejudicada no primeiro quadrimestre de 2022, já que em janeiro e fevereiro o problema se manteve. Restou decidido que a SGE irá acompanhar as tratativas entre a SCO, a STI e a OUV sobre a maior visibilidade da pesquisa sobre os serviços do STJ no portal e trará informações na próxima RAE.

Montgomery destacou também a adoção de uma nova ferramenta para os dados abertos, a [CKAN](#), que já foi homologada e está previsto para breve o início da divulgação das informações constantes do escopo da iniciativa **Divulgação de dados em formato aberto**. A Sra. Bárbara (SJR) questionou sobre o tratamento dos dados que não devem ser divulgados no inteiro teor do processo, como nome das partes, e foi explicado que esse tipo de questão é o que está em estudo agora no projeto.

4.6. Objetivo: Promover a cidadania

Este objetivo atingiu 91,67% de cumprimento e está em atenção, amarelo. Montgomery comentou que os indicadores vinculados a ele estão em situação ótima, porém precisam de aprovação de novas metas, mas há dois projetos em situação crítica, puxando o resultado do objetivo para baixo.

Para o indicador **Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania**, cuja meta em 2021 foi de 4.345 pessoas, tendo em vista os bons resultados obtidos no ano com a adoção de ações à distância, foi aprovada a seguinte meta anual para o período de 2022 a 2026: 5.645 pessoas, sendo 2.900 beneficiados pelas ações socioeducativas e eventos culturais (acréscimo de 1.900); 2.700 pelas ações de educação corporativa para o público externo (redução de 600); e os mesmos 45 para ações de educação inclusiva.

Como foi a primeira mensuração do indicador estratégico **Acessibilidade no STJ**, observou-se que as metas propostas no Plano STJ 2021-2026 podem ter sido subestimadas, pois o resultado revisto para 2024 já foi atingido em 2021. Diante do exposto, foram propostas as seguintes novas metas, mais desafiadoras: 69,50% - 2022; 72% - 2023; 75% - 2024; 77% - 2025; 80% - 2026, o que foi aprovado pelos participantes. A Sra. Simone (ACI) acrescentou que há um grupo de advogados e outros agentes da justiça deficientes e que as ações de acessibilidade beneficiam não só os usuários internos, mas toda a sociedade.

Em relação à iniciativa estratégica **Proximidade com o cidadão**, Montgomery explicou que a situação já foi normalizada com a adoção de uma nova ferramenta para o glossário de termos jurídicos, independentemente da Microsoft (ferramenta inicial), e que há expectativa de que o projeto seja concluído na atual gestão.

Quanto ao projeto **Empatia**, explicou-se que orçamento não foi executado em 2021, mas o cronograma está sendo reajustado em função das orientações da Administração para as capacitações e premiações previstas no planejamento inicial.

4.7. Objetivo: Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Este objetivo apresentou 93,08% de desempenho e está em atenção, amarelo. Dos 9 indicadores associados a ele, Montgomery esclareceu que 2 finalizaram 2021 em situação aceitável: **Julgamento de ações coletivas** e **Redução do acervo**. Nesse caso, a SGE continua enviando relatórios mensais aos gabinetes para conhecimento e as priorizações que se fizerem necessárias. Montgomery frisou que os gabinetes são muito engajados no monitoramento das metas judicantes.

Especificamente em relação ao **Agilidade na primeira decisão**, apesar do bom resultado, comentou sobre a necessidade de validar a alteração das metas em função de desatualização de algumas bases no Sistema Justiça à época da aprovação do Plano 21-26. Informou que os resultados no sistema Stratej e no RDI já foram apresentados com as informações ajustadas, 2021 – 138d; 2022 – 129d; 2023 – 119d; 2024 – 109d; 2025 – 99d e 2026 - 89 dias, o que foi ratificado pelos participantes da RAE.

Dos 7 projetos atrelados, 2 estão em atenção e 1 em situação crítica, o que impactou em 50% no objetivo em questão. A iniciativa crítica, **Busca textual nas peças do processo**, teve o desenvolvimento mais lento do que o esperado em função de indisponibilidade de técnicos de TI, mas já

retomou a normalidade em 2022. O Sr. Rubens (SPF) comentou sobre a parceria com a AIA e que há previsão de um resultado satisfatório até o meio do ano.

A Dra. Kelly perguntou sobre o percentual de 50% do impacto do cumprimento das iniciativas no objetivo estratégico e Montgomery reforçou que a SGE intensificou o monitoramento das iniciativas, com foco nos projetos em situação crítica, gerando relatórios mensais com a situação do Plano de Gestão 2020-2022 para conhecimento da Alta Administração. Explicou ainda que a situação ótima, de acordo com a metodologia da gestão estratégica no STJ, é acima de 95% de cumprimento, e que o objetivo apresentou resultado muito próximo a essa faixa. O Sr. Augusto (SJD) apresentou como reflexão que o Tribunal precisa de uma posição muito mais proativa do que reativa para buscar a agilidade, atuando junto aos Tribunais de origem e aos grandes demandantes, o que tem sido feito, por exemplo, no acordo de cooperação com a AGU, além de buscar junto aos parlamentares a aprovação da PEC da arguição de relevância.

A Sra. Mariana (NARER) comentou sobre a carência de investimentos na unidade, que conta atualmente com equipe reduzida, visto que parte da força de trabalho sai após 90 dias de treinamento, além das necessidades de tecnologia para que a produtividade e a agilidade na área sejam otimizados e contribuam para o objetivo estratégico afim.

4.8. Objetivo: Prevenir litígios

Com 94,17% de desempenho em 2021, o objetivo está em atenção, amarelo. Dos 2 indicadores, 1 está em atenção, o **Controvérsias criadas**. Como se trata de uma medição nova, apesar do resultado estar em atenção, foi proposto manter as metas e avaliar novamente ao final do ano, o que foi acatado pelos participantes.

Especificamente quanto à meta 9, que em 2021 foi voltada ao **Cumprimento do plano de ações de desjudicialização**, Montgomery explicou que o CNJ apresentou na semana passada uma minuta do novo glossário das metas nacionais para 2022, com proposta diferente para esse ano: **Estimular a inovação no Poder Judiciário**, documento que ainda está em fase de revisão pelos tribunais. A meta prevê a criação do LIODS, e o acompanhamento de sua atuação, com o envio de Plano de Ação ao CNJ até 31/03/2022. Foi explanado que o LIODS do STJ foi recém-criado, pela Portaria STJ/GP 12/2022, que prevê a elaboração de plano de ação inicial em 30 dias, o que atende ao prazo estipulado na Meta. Diante do exposto, foi sugerido o acompanhamento dessa meta não mais com um indicador, mas como uma iniciativa no portfólio estratégico 21-26, sem prejuízo algum à prestação de contas periódica ao CNJ. A Sra. Ketlin acrescentou que o LIODS é uma janela de oportunidades para tratar outros diversos assuntos além das metas nacionais, especialmente temas complexos.

O único projeto vinculado ao objetivo, finalizou Montgomery, está em situação ótima: **Redução de demandas**.

4.9. Objetivo: Consolidar o sistema de precedentes qualificados

Foi aferido um total de 83,70% de cumprimento desse objetivo, que ficou em atenção em 2021 – amarelo. Dos 2 indicadores, 1 está em situação crítica, o **Tempo médio da afetação à publicação do acórdão** esteve acima do previsto em boa parte do ano, mas a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas tem atuado junto aos gabinetes e cursos específicos estão em andamento, o que aponta uma expectativa positiva de melhora em 2022.

O projeto correspondente é a **Criação do NUGEPNAC**, iniciativa que ainda não foi concluída pois está pendente a definição do CNJ sobre o funcionamento dos NACs nos Tribunais. A Sra. Maria Lúcia (NUGEPNAC) abordou as tratativas junto ao CNJ sobre o tema, confirmando que a situação é de indefinição, inclusive com rumores de que a Resolução que orientou à criação dos NACs pode ser revogada. Lembrou ainda sobre a necessidade de incluir no glossário das metas nacionais do CNJ a desconsideração dos prazos de revisão de temas, a partir do primeiro sobrestamento. O Sr. Leonardo (CPES) incluiu no chat a informação de que houve interação anterior com o NUGEPNAC para validação do texto e os esses dados já estão sendo repassados ao conhecimento e providências por parte daquele Conselho.

4.10. Objetivo: Priorizar o julgamento de processos de corrupção e improbidade administrativa

Este objetivo atingiu 89,90%, está em atenção, e só possui 1 indicador de desempenho, que também está em atenção. Trata-se do **Julgamento de ações de improbidade**, para o qual a SGE continua reforçando a sensibilização dos gabinetes de ministros por meio dos relatórios mensais com os dados detalhados, explicou Montgomery.

O problema aqui, completou, é que não há iniciativas estratégicas específicas atreladas, o que é inadequado segundo metodologias de planejamento estratégico. Para tanto, a SGE está estudando a proposta de uma iniciativa estratégica com foco nos processos de corrupção e improbidade administrativa e ficou encarregada de apresentar à Alta Administração em breve, sugestão acatada pelos participantes da RAE.

4.11. Objetivo: Aprimorar a governança institucional

Montgomery explicou que esse objetivo cumpriu 99,96% do previsto – verde, evoluindo significativamente em relação aos últimos anos. Os 3 indicadores vinculados a ele estão em situação ótima.

Especificamente sobre o indicador **Atendimento às recomendações**, frisou a melhoria nos resultados e a maior atenção das unidades à maturidade em governança, além de uma mudança na forma de atuação da AUD. Em seguida, passou a palavra a AUD. A Sra. Mariane (AUD), comentou sobre as alterações propostas na forma de cálculo do indicador, que contribuiriam para a melhoria do resultado. Ademais, a divulgação das datas de monitoramento da AUD na intranet tem auxiliado as diversas unidades do Tribunal a acompanhar o atendimento às recomendações. Frisou, por fim, que a atuação das unidades contribuiu sobremaneira para o resultado em 2021.

Há 3 projetos dos 11 vinculados ao objetivo que estão em atenção, por motivos de atraso no cronograma, mas estão caminhando a contento agora em 2022. São eles: **Arquivo documental**, que exige atenção e cuidado para execução do orçamento em 2022, **IA-CM** e **eSocial**, esse último com previsão de entrega nesta gestão.

4.12. Objetivo: Valorizar as pessoas

A fim de valorizar as pessoas que atuam no Tribunal da Cidadania, Montgomery explicou que esse objetivo terminou 2021 com 98,18% de cumprimento, situação considerada ótima – verde, segundo os padrões adotados pela gestão estratégica do Tribunal. De 10 indicadores, 1 está em atenção, **Adesão às ações de educação corporativa**, pois aproximadamente 1.000 vagas de cursos não foram preenchidas, de um total de 8.400 vagas ofertadas, situação que deve melhorar em 2022 com adequações no PAC promovidas pelo CEFOR.

Dos 4 projetos, 3 já estão concluídos e 1 encontra-se dentro do previsto.

4.13. Objetivo: Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

O que puxou o resultado para baixo neste objetivo, que finalizou o ano com 69,36% de desempenho, situação considerada crítica – vermelho, foi o indicador **Execução do orçamento estratégico**, já tratado no início dessa reunião, afirmou Montgomery. Dos outros 3 indicadores, 1 está em atenção, **Aderências às metas do PLS**, que apesar do resultado impactado pelas restrições da pandemia, após ajustes nos subindicadores internos, tem uma boa expectativa de cumprimento em 2022, motivo pelo qual a meta deve ser mantida.

Duas iniciativas estão vinculadas ao indicador em questão, sendo que 1 delas encontra-se em atenção, **Sistema de informações de custos (SIC)**. Montgomery lembrou a todos que esse projeto já teve seu escopo e cronograma reformulado algumas vezes ao longo dos anos e que tem sido realizado um monitoramento mais próximo junto aos gestores da iniciativa para liberação de dados, se possível, ainda nessa gestão. Informou que os dados dos custos diretos já estão disponíveis em BI e os dados indiretos estão em fase de definições finais, ainda dependendo de disponibilidade de técnicos TI.

4.14. Objetivo: Intensificar o uso de tecnologias da informação

Com 66,50% de cumprimento, o objetivo está em situação crítica – vermelho. Apesar de só ter 1 indicador, que está dentro do previsto, são 24 projetos vinculados, cujo impacto no cumprimento do objetivo puxaram o resultado para baixo. Apenas 1 desses projetos está em situação crítica, mas 8 encontram-se em atenção.

O recente glossário do CNJ apresentou também o detalhamento da Meta Nacional n. 10 para 2022, **Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0**, que se vincula a esse objetivo. Como se trata de uma meta nova, alguns dos itens não se adequam à realidade do STJ, em especial Juízo 100% digital e PDPJ, o que será registrado e informado ao CNJ no prazo por eles estipulado para a revisão da minuta do glossário 2022. Montgomery também propôs que essa meta fosse acompanhada como iniciativa e não como indicador, assim como na meta 9, sugestão acatada pelos participantes da reunião.

A Dra. Kelly pediu esclarecimentos sobre o acompanhamento como iniciativa e não como indicador e, após os devidos esclarecimentos sobre as alterações de versão no Plano STJ 2021-2026 e a dinamicidade das iniciativas, o que não é o caso dos indicadores, ressaltou que se não houver prejuízo à prestação de contas ao CNJ, não vê problemas nesse formato de monitoramento interno no STJ. O importante é cumprir com as metas às quais o STJ aderiu no último Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Prosseguindo, Montgomery citou que a iniciativa crítica atrelada ao objetivo é a **Modernização e evolução do sistema Administra**, que atrasou devido ao impacto da falta de técnicos de TI para a área de desenvolvimento WEB, problema que atingiu não só o STJ, mas todo o mercado de Brasília. O Sr. Kelson (SAD) informou que há um esforço de nova contratação que deverá alavancar o projeto.

4.15. Alinhamento Estratégico

Montgomery mostrou o resultado geral do radar da estratégia em dezembro de 2021 e ressaltou o novo critério adotado, “usuários”, deixando o radar ainda mais alinhado às perspectivas do mapa estratégico do Tribunal. Comentou que atualmente são 19 unidades alinhadas e que há previsão de iniciar trabalho com gabinetes, com indicadores específicos voltados ao contexto dessas unidades, que possam ter publicidade.

4.16. Outros assuntos

O acompanhamento dos projetos do **Plano de Gestão 20-22** será mensal e a cada dia 25 do mês os gestores deverão apresentar um relatório com a situação da iniciativa.

Montgomery explicou também que, em decorrência das últimas **RATs**, surgiram algumas sugestões que mereciam ser tratadas nessa RAE, para as quais prestou esclarecimentos:

- **Revisão das ocupações críticas** – está sendo sugerida uma nova comissão para revisão desse trabalho;
- **Força de trabalho/processo seletivo** – liberação de servidores para participarem de entrevista de processo seletivo com a aprovação do titular, por exemplo; sugestões serão encaminhadas à SGP;
- **Governança institucional** - criação do tipo de manifestação “pedido de simplificação”, demanda que aguarda priorização de atendimento.

Os resultados do primeiro levantamento de sugestões de ações de transformação do **Plano de transformação digital** – PTD – realizado com as unidades internas do STJ finalizou Montgomery, não apresentaram sugestões de serviços judiciais com foco no cidadão, o que indica que na percepção do público interno, o STJ apresenta alto nível de modernização e atendimento ao cidadão. A consulta pública para verificar os serviços do STJ em canais digitais desejados pelo público externo será realizada entre março e abril, quando poderemos cotejar as percepções interna e externa e prosseguir com o PTD.

A reunião foi encerrada com o agradecimento a todos pela atenção e participação ativa.

5. DECISÕES

Ação	Responsável	Prazo
1. Excluir o indicador execução do orçamento estratégico do Plano STJ 2021-2026.	SGE	1º qdm 2022
2. Acompanhar as tratativas entre a SCO, a STI e a OUV sobre a maior visibilidade da pesquisa de satisfação com os serviços do STJ no portal.	SGE	1º qdm 2022
3. Ajustar as metas dos indicadores Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania e Acessibilidade no STJ.	SGE	1º qdm 2022
4. Retificar as metas do indicador Agilidade na 1ª decisão.	SGE	1º qdm 2022
5. Manter as metas do indicador Controvérsias criadas.	SGE	1º qdm 2022
6. Tratar as metas nacionais 9 e 10 como iniciativas no portfólio estratégico e não mais como indicadores no Plano STJ 21-26 (sem prejuízo do acompanhamento do CNJ como Meta Nacional).	SGE	1º qdm 2022
7. Acompanhar o cumprimento do plano de ação do LIODS visando ao atendimento da meta 9.	SGE	Até 31/3/2022
8. Elaborar proposta de iniciativa estratégica com foco nos processos de corrupção e improbidade para apresentar à alta administração.	SGE	1º qdm 2022
9. Atualizar o livreto do Plano STJ 2021-2026, com todos os ajustes propostos nessa reunião.	SGE	1º qdm 2022



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria**, Coordenador de Planejamento Estratégico, em 02/03/2022, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Cysne Araújo**, Chefe da Seção de Gestão do Portfólio Estratégico, em 02/03/2022, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl**, Secretário de Orçamento e Finanças, em 02/03/2022, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Jadson Santana de Sousa**, Secretário-Geral da Presidência, em 02/03/2022, às 14:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Cesar Gonçalves Rios, Secretário de Processamento de Feitos**, em 02/03/2022, às 14:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Efinéias Stroppa dos Santos, Coordenador de Governança de Dados e Informações Estatísticas**, em 02/03/2022, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Oliveira Alves, Assessor da Presidência**, em 02/03/2022, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristine Marques Genú, Secretário de Comunicação Social**, em 02/03/2022, às 15:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Brito de Almeida, Secretário de Jurisprudência**, em 02/03/2022, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Barros Verissimo, Chefe da Seção de Acompanhamento da Estratégia**, em 02/03/2022, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Cury Nasser Loureiro, Secretário de Documentação**, em 02/03/2022, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Aparecida Estanislau de Souza, Ouvidor Auxiliar**, em 02/03/2022, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Cavalcante, Diretor-Geral**, em 02/03/2022, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini, Assessor-Chefe**, em 02/03/2022, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jair Pereira da Silva, Coordenador de Segurança**, em 02/03/2022, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristina Oliveira Costa, Juiz Auxiliar no STJ**, em 02/03/2022, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenador**, em 03/03/2022, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda Nogueira Bittencourt, Assessor da Presidência**, em 03/03/2022, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Gentil Santos de Souza, Secretário Judiciário**, em 03/03/2022, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mützenber, Secretário de Auditoria Interna**, em 04/03/2022, às 10:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Montgomery Wellington Muniz, Secretário de Gestão Estratégica**, em 04/03/2022, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kelson Ferreira Rocha, Secretário de Administração - Em Substituição**, em 04/03/2022, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rodrigues Campos Altoé, Assessor-Chefe**, em 07/03/2022, às 15:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sartre Gonçalves Santos, Assistente IV**, em 08/03/2022, às 12:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2849592** e o código CRC **945D10F0**.
